

O Programa Mulheres Mil no controle da violência contra a mulher: uma visão de seus executores

The Mil Women Program in the control of violence against women: a view from its executors

Edna Lopes Miranda

Pós Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Doutora em Extensão Rural pela UFV.
E-mail :
edna.miranda04@hotmail.com

Maria das Dores Saraiva de Loreto

Professora Titular do Departamento de Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa. Doutora em Economia aplicada pela UFV
E-mail : mdora@ufv.br

Nilva Celestina do Carmo

Professora do Instituto Federal Sudeste de Minas Gerais. Mestre em Economia Doméstica pela Universidade Federal de Viçosa
E-mail :
nilva.carmo@ifsudestemg.edu.br

Resumo

A violência doméstica é um fenômeno crescente tanto no Brasil quanto no mundo. Este tipo de violência ocorre muitas vezes de forma invisível e insidiosa. Diante disso, surgiu no Brasil o Programa Mulheres Mil (PMM), que busca minimizar a exclusão social feminina por meio do aumento do nível de escolaridade, do acesso ao mercado de trabalho, do aumento da autonomia e da redução da taxa de violência. Este artigo objetiva analisar a influência do PMM no controle da violência contra a mulher, caracterizando a visão de executores do programa por meio de entrevistas semiestruturadas. Os resultados evidenciaram que a violência doméstica é tratada de forma secundária. Na visão das lideranças, o PMM pode ser visto como uma política pública potencialmente indutora do protagonismo das mulheres; mas a impossibilidade da aplicação concreta de todas as etapas de sua metodologia limita o processo de enfrentamento da violência contra a mulher e o alcance dos objetivos do Programa.

Palavras-chaves: Violência Doméstica. Programa Mulheres Mil. Política Pública.

Abstract

Domestic violence is a growing phenomenon both in Brazil and worldwide. This type of violence often occurs invisibly and insidiously. Therefore, the Programa Mulheres Mil (PMM) was created in Brazil, seeking to minimize female social exclusion, by increasing the level of education, access to the labor market, increasing autonomy and reducing the rate of violence. This article aimed to analyze the influence of the PMM in the controlling violence against women, characterizing the vision of program executors, through semi-structured interviews. The results showed that domestic violence is treated in a secondary. In the view of the leaders, the PMM can be seen as a public policy potentially inducing

the protagonism of women; but, the impossibility of the concrete application of all the stages of methodology limits the process of confronting violence against women and the achievement the objectives in the Program.

Keywords: Domestic Violence. PMM. Public Policy.

Introdução

A violência é um fenômeno que tem se intensificado em todas as sociedades e em grupos sociais. De acordo com Soares (2014), vive-se atualmente uma cultura de violência, na qual a “sociabilidade violenta” se insere nas rotinas cotidianas dos brasileiros, pautando-se por práticas sociais agressivas, relações de poder assimétricas e autoritárias. Neste contexto, Muchembled (2012) acrescenta que a violência se apresenta como um fenômeno intrínseco à própria existência humana, determinado sócio-historicamente por modelos de gestão da brutalidade masculina e juvenil. Este mesmo autor destaca que embora a violência, de caráter legítimo ou ilegítimo, tenha apresentado um declínio acentuado no espaço público, no que diz respeito à esfera doméstica seu movimento é o oposto.

Especificamente, em relação à violência contra a mulher, como enfatiza Bandeira (2014), tem sido observado como:

[...] um fenômeno social persistente, multiforme e articulado por facetas psicológica, moral e física. Suas manifestações são maneiras de estabelecer uma relação de submissão ou de poder, implicando sempre em situações de medo, isolamento, dependência e intimidação para a mulher. É considerada como uma ação que envolve o uso da força real ou simbólica, por parte de alguém, com a finalidade de submeter o corpo e a mente a vontade e liberdade de outrem (BANDEIRA, 2014, p. 460).

Para Dias (2018), esse tipo de violência é considerado um problema de saúde pública, pois a mulher vitimada evita denunciar pelo medo, o que provoca baixa autoestima e incorporação do sentimento de culpa. Tal fato faz com que a mulher que sofre violência termine se isolando dos sistemas de apoio e se torne ainda mais dependente do seu parceiro, o que interfere no exercício dos direitos da cidadania e na qualidade de vida do segmento feminino, limitando seu pleno desempenho, como sujeito humano, afetando ainda o desenvolvimento da sociedade em sua diversidade.

Pesquisa realizada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública mostra que, no ano de 2018, uma em cada quatro mulheres foram vítimas de algum tipo de violência, sendo que mais da metade das vítimas (52%) não denuncia o agressor ou procura ajuda, uma vez que este é alguém conhecido (CERIONI, 2019).

Por sua vez, Waiselfisz (2015), segundo dados do “Mapa da Violência 2015”, relata que os atos de violência ocorrem preferencialmente em ambiente doméstico e familiar (85,8%), sendo que mais da metade das denúncias está associada à agressão física (50,2%), seguida pela agressão psicológica (30,3%); além de outras manifestações, como violência moral, patrimonial, sexual, cárcere privado e tráfico de pessoas.

Para Petter e Cagliari (2016), a estagnação do cenário de violência contra a mulher deve-se a várias barreiras que impedem a efetivação dos dispositivos legais e que fazem com que muitas vítimas não se manifestem e se submetam às vontades do agressor, tais como: o isolamento; o medo e a negação social da mulher; a dependência feminina e a esperança de que o marido mude o comportamento; as ameaças do parceiro; a crença de que há tratamento para o agressor; a descrença na capacidade dos profissionais para oferecer segurança e a autonomia.

Outros autores, como Santos e Witeck (2006), Oliveira e Cavalcanti (2007), Gomes *et al.* (2007), Silva (2010), Campos *et al.* (2011), Bandeira (2014), Vigário e Paulino-Pereira (2014), Barbosa e Borges (2016), Teles (2016) e Pereira (2017), Dias (2018), consideram que, para a compreensão da violência contra a mulher, o foco deveria estar nos tipos de relações que a fundamentam e no gênero, como categoria-chave para a discussão desse fenômeno, registrado em todos os grupos sociais.

Dessa forma, o pano de fundo da violência contra a mulher estaria ancorado em um padrão hierárquico de relações sexuais, associado aos papéis desenvolvidos por homens e mulheres no sistema social, no qual a mulher sofre violência pelo fato de ser mulher. Nessa perspectiva, Vigário e Paulino-Pereira (2014) destacam que:

[...] a violência doméstica será enviesada segundo as categorias de gênero que apontam para papéis socialmente esperados para os homens e mulheres, papéis esses que muitas vezes são legitimadores de características ditas “intrínsecas” ao homem e a mulher, sendo que a violência no lar pode ser uma dessas características. Os estudos sobre gênero nos permitem buscar, portanto, mudanças nessa visão conservadora do “aquilo que pertence a”, levando ao desenvolvimento de políticas de

amparo, proteção e cuidados para a vítima de violência doméstica, assim como, a mudança, a conscientização e a desmistificação das atitudes do homem em situação de agressão (VIGÁRIO; PAULINO-PEREIRA, 2014, p. 160).

Nesse sentido, a expressão “violência de gênero” se remete a lugares sociais sexuados, em que as mulheres estão sujeitas a desigualdades por uma ordem simbólica, pautada no modelo patriarcal na sociedade (BANDEIRA, 2014). Gomes *et al.* (2007, p. 505) ratificam esse pensamento:

[...] a introdução da categoria gênero foi fundamental para perceber as relações de violência no espaço familiar, uma vez que esta categoria possibilita compreender os papéis socialmente pré-definidos para homens e mulheres, como perpetradores de relações hierárquicas desiguais.

Diante desse cenário, o Programa Mulheres Mil (PMM) foi criado no Brasil, com o objetivo de minimizar a exclusão social feminina, de promover a melhoria do nível de escolaridade, o acesso ao mercado de trabalho e a atenuação da violência contra a mulher. O referido programa iniciou seu processo de implementação em 2007, beneficiando mulheres, a partir de 16 anos de idade, em situação de vulnerabilidade social e de extrema pobreza (BRASIL, 2012).

Em 2011, o PMM foi instituído nacionalmente pelo Ministério da Educação (MEC), no contexto do Plano Brasil Sem Miséria, em função dos impactos positivos alcançados pelo projeto-piloto, com o objetivo de oferecer as bases de uma política social de inclusão e gênero, tendo como diretrizes o acesso à educação; a redução da desigualdade social e econômica da mulher; a promoção da inclusão social; a defesa da igualdade de gênero; e o combate à violência contra a mulher. O programa fez uso da Metodologia de “Acesso, Permanência e Êxito”, que privilegia temas, como: direitos e deveres das mulheres, empreendedorismo, economia solidária, saúde, elevação da autoestima, entre outros. Buscou-se, assim, promover a inclusão social, a mobilidade no mercado de trabalho e o alcance da cidadania (BRASIL, 2012).

Um dos objetivos do PMM consiste na atenuação da violência doméstica e de gênero contra a mulher por meio da elevação do nível de escolaridade, da inserção no mercado de trabalho e do aumento da autonomia. Isto envolveria a transformação das relações sociais, como afirmam Vigário e Pauline-Pereira (2014), visto que a violência de gênero deveria ser combatida através da desconstrução das

relações de desigualdade entre homens e mulheres, tanto no campo afetivo, quanto valorativo e operativo.

Neste sentido, objetivou-se analisar a influência do Programa Mulheres Mil no processo de controle da violência contra a mulher, considerando, inicialmente, a pesquisa bibliográfica sobre a temática em questão, para, em seguida, examinar a percepção dos executores por meio de um estudo de caso.

1 Metodologia

A pesquisa teve uma abordagem qualitativa, de natureza descritiva e exploratória, tendo como referencial teórico-conceitual estudos sobre Violência Doméstica e de Gênero: Bandeira (2014), Schouten (2011), Gomes et al (2007), Oliveira e Cavalcanti (2007), Farah (2004), Saffioti (2004), Scott (1999) Rosaldo e Lamphère (1979), dentre outros.

Inicialmente, foi realizada uma pesquisa bibliográfica considerando os artigos e trabalhos acadêmicos – dissertações e teses – disponíveis em duas bases de dados: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (<http://bdtd.ibict.br/vufind/>) e Google Acadêmico (<https://scholar.google.com.br/>), durante o período compreendido entre 2012 a 2018.

Após a leitura dos documentos, foi realizada uma análise de conteúdo, conforme metodologia proposta por Bardin (2011), conjugada com uma análise textual, com o apoio do *software* de análise lexical IRAMUTEQ (*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*). Isso pois, de acordo com Camargo e Justo (2013), o Iramuteq apresenta rigor estatístico, permitindo diferentes recursos técnicos de análise lexical, desde a lexicografia básica até as técnicas de análise multivariadas.

Também foi realizado um estudo de caso no município de Santos Dumont, situado na Zona da Mata de Minas Gerais. Esse município foi selecionado por ser o único município mineiro a ter mulheres em situação de violência como público alvo do PMM, em sua primeira versão, em 2014. Santos Dumont possui uma população média de 23.761 mulheres e o PMM foi ofertado em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Social, tendo como referência os usuários do Centro de Referência

de Assistência Social (CRAS) e, também, a participação da Delegacia de Polícia Civil.

O público envolvido foi constituído por gestores (as) das equipes multidisciplinares do Programa Mulheres Mil, no âmbito do Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais, no Campus Santos Dumont, pela delegada de polícia e pelos técnicos da Secretaria de Ação Social e do CRAS. Esse público será denominado de Entrevistado (E), recebendo a identificação de 1, 2 e, assim, sucessivamente. Como instrumento de coleta de dados foi feito uso da entrevista semiestruturada, cujos dados foram examinados pela análise de conteúdo.

2 Resultados e Discussões

Considerando os objetivos propostos, os resultados foram discutidos em termos de dois itens: a) as interfaces PMM e Violência, por meio de uma pesquisa bibliográfica, no período de 2012 a 2018, na qual se procurou identificar a literatura existente que associasse o Programa Mulheres Mil com a Violência; b) a visão socioinstitucional ou a percepção dos agentes executores sobre a as interferências do Programa Mulheres Mil no processo de controle da violência contra a mulher.

3.1 Interfaces PMM e Violência

No caso da pesquisa bibliográfica, ao associar o PMM com os descritores “Violência Doméstica e de Gênero”, os resultados apresentados na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações foram irrisórios, chegando a apenas 3 estudos; enquanto que, no caso do Google Acadêmico, obteve-se um total de 14 documentos. Identificou-se que os docentes estavam entre os que mais publicavam, com destaque para as autoras do sexo feminino, nos estudos pesquisados. Ademais, a maioria das pesquisas tinha uma abordagem qualitativa, sendo o sujeito ou assunto de interesse as mulheres matriculadas no PMM.

A análise de conteúdo dos textos foi complementada pela Análise de Similitudes, proposta pelo *software* Iramuteq, sendo possível identificar as ocorrências das palavras mais citadas e as indicações da conexão entre as

palavras, que auxiliaram na identificação da estrutura do conteúdo do corpus textual, sendo registradas duas palavras-chave: “Mulher” e “Programa”.

Da palavra “Mulher”, ramificaram-se outras palavras significativas, como “Trabalho”, “Educação” e “Social”, enquanto que a palavra “Programa” se conectou com as expressões “vulnerabilidade”, “geração”, “possibilidade”, “cidadania” e “empoderamento”. É importante destacar que a palavra “violência” é citada de forma menos incidente, como parte da vida da mulher, associada à família, ao diálogo e à inclusão.

Nesse sentido, pode-se inferir que, de uma forma geral, as palavras evocadas demonstram que, apesar do enfrentamento da violência ser um dos objetivos do PMM, suas citações nos discursos dos trabalhos analisados se dão de forma secundária, comparativamente às demais expressões conectadas diretamente à pessoa da Mulher e ao Programa.

3.2 Visão Socioinstitucional do PMM

No que tange às políticas públicas, Araújo (2015, p. 31) destaca que a definição de política pública é um conceito abstrato, que sua materialização se torna possível por intermédio de vários instrumentos e que o PMM foi criado pelo Estado como

[...] um instrumento com o intuito de possibilitar uma discussão de caráter mais conceitual sobre relações de gênero e os enfoques da elaboração feminista, contemplando as diversas faces da opressão das mulheres que fundamentam as relações sociais, de modo que pela educação possa vislumbrar a cidadania.

Ainda de acordo com a autora, quando o Estado decide enfrentar uma demanda propõe para os instrumentos alguns recortes, organizando a sociedade de forma pontual. No caso do PMM, a montagem da agenda se iniciou a partir do reconhecimento pelo Estado de que a pobreza, somada às questões de gênero, deveria ser considerada como um problema de relevância pública.

Além disso, no final dos anos 80 e 90, estabeleceu-se no país uma agenda de pesquisa em torno das questões de gênero, bem como a construção de políticas públicas de gênero no Brasil, em conformidade com as ações definidas na IV O PROGRAMA MULHERES MIL... | Edna L. Miranda | Maria das Dores S. de Loreto | Nilva C. do Carmo 126

Conferência Mundial sobre a Mulher: Igualdade, Desenvolvimento e Paz (Conferência de Pequim de 1995), que direcionou o conteúdo do I Plano Nacional de Políticas para Mulheres (PNPM), como pontuado por Farah (2004). Além disso, em 2004, foi implantado pelo Governo Federal o I Plano Nacional de Políticas para Mulheres, no qual o Governo assumiu a responsabilidade de implementar políticas públicas, por meio de ações coordenadas e articuladas que tivessem como foco a mulher.

Essas discussões tiveram continuidade ao longo dos anos até a elaboração do III Plano Nacional de Políticas para Mulheres, contemplando o triênio de 2013 a 2015, que teve como princípios norteadores a busca pela autonomia das mulheres e a equidade de gênero; o respeito à diversidade e combate a todas as formas de discriminação; além de uma maior participação política das mulheres e a transversalidade de gênero em todas as políticas públicas. O referido plano também reforçou o desenvolvimento de ações para a inserção e a permanência das mulheres no mercado de trabalho, especialmente em profissões não tradicionais com o objetivo de reduzir a diferença de rendimentos (BRASIL, 2013).

O PMM constitui então o percurso da política, que poderia apresentar nuances diferenciadas conforme as percepções de seus executores. Nesse sentido, procurou-se ouvir os executores do programa, nos municípios pesquisados, de forma a compreender a lógica de funcionamento, os principais problemas vivenciados, os desafios a serem enfrentados e as contribuições do PMM, principalmente para o público alvo desse processo: as mulheres em situação de fragilidades e riscos sociais e, em especial, aquelas em situação de violência.

No município de Santos Dumont, o acesso ao PMM, na versão PMM – PRONATEC, foi realizado de forma diferenciada, atendendo, nesse caso, aos conceitos de articulação, integração e utilização das estruturas com o envolvimento e as parcerias dos setores governamentais e sociais locais. De acordo com uma das executoras, naquela cidade, o PMM foi uma ação estrategicamente planejada, elaborada, e que combinava a transversalidade e a multidisciplinaridades, em uma conjugação de propostas para além do serviço social básico. Com a inclusão de ações de combate à violência e de empoderamento feminino buscou-se, de certa forma, atender adequadamente as demandas sociais, educacionais e profissionais. Essa

estratégia visou o atendimento, especificamente, àquelas mulheres que tinham sido atendidas na delegacia de polícia, nos últimos anos, como vítimas de violência doméstica.

De acordo com uma das executoras, foi realizado um levantamento dessas mulheres e feita uma divulgação entre elas. Para esta executora, o PMM não tem como objetivo empoderar uma mulher qualquer, mas sim, a vítima de violência doméstica e a pessoa em situação de vulnerabilidade em todos os sentidos, inclusive na perspectiva econômica. Assim,

Em parceria com a assistência social, nós pegamos essas mulheres e começamos a fazer palestras, conscientizando do que era o projeto, do que era o objetivo do projeto na vida delas, para que elas mesmas conseguissem disseminar isso. Assim, foi feito. Nós ficamos aí alguns meses, por conta de estar divulgando, aqui na delegacia e na assistência social, que a gente faria as palestras, era até dado um café, essas palestras não eram assim, formais, era um bate papo, que a gente passa slide do programa, explicava o que isso iria modificar a vida delas e fazer com que essa mulher se sentisse motivada a estar fazendo os cursos. [...]. Mandamos cartinha para as casas das mulheres que foram vítimas, para que elas viessem conhecer o projeto. Justamente para a gente manter o foco naquelas mulheres que seriam o objetivo realmente do programa. E assim, foi dado o pontapé inicial (E4, Santos Dumont-MG, fevereiro 2018).

Nesse processo de empoderamento, um quesito discutido foi sobre a estrutura de execução do PMM: Como foi estruturada a questão do espaço e dos recursos humanos, bem como as parcerias realizadas para o desenvolvimento dos cursos a serem oferecidos às mulheres?

No campus Santos Dumont, não foi disponibilizado um espaço físico específico para o atendimento às mulheres. Além disso, devido ao fato do campus estar em processo de reformas prediais, naquele momento, o local das aulas também acontecia em locais variados. A contratação de recursos humanos para atender a demanda do programa, na opinião de uma das executoras, foi um dos fatores que mais dificultou o acompanhamento das mulheres, considerando a incompatibilidade do perfil profissional para acompanhar o público alvo, no caso as mulheres em situação de vulnerabilidade.

Outro desafio destacado pelos executores diz respeito ao perfil dos profissionais (professores e técnicos). Considera-se que há a necessidade de promover a seleção de profissionais com perfil apropriado, para atender às especificidades das alunas, considerando que se trata de um público socialmente

carente e que se encontra em diversos estágios de aprendizagem, como relatado pela entrevistada:

O processo seletivo, quando eles fizeram, eles se esqueceram de colocar uma entrevista, por exemplo, para ver se a pessoa tinha o perfil. Não adianta, não é o tipo de emprego que você dá porque aquele professor que tem mestrado. Não é isso, não é isso, é o tipo de emprego que tem que ser a pessoa com o perfil de lidar com aquele público, com aquele tipo de aluno. Se você colocar uma pessoa que se inscreveu para serviço administrativo, que não tenha jogo de cintura, que tenha, às vezes, preconceito, que não veja aquela mulher como objetivo do curso mesmo, não vai para frente. E a gente se deparou com alguns profissionais que realmente não tinham o perfil de lidar com isso (E4, Santos Dumont-MG, fevereiro 2018).

Outro ponto do programa que preocupava aos executores estava relacionado à questão da evasão escolar. Na visão deles, muitos fatores e fatos contribuía tanto para a evasão quanto para a permanência das mulheres, variando desde motivos estruturais à compreensão do perfil do público-alvo do PMM, do seu cotidiano, dos anseios, das preocupações e, principalmente, da sua realidade familiar. Uma das principais causas de evasão apontada relacionava-se às condições de vida das mulheres, aos horários, às rotinas cotidianas e aos cuidados com os filhos pequenos. Além disso, existia o fato de o curso não ser ou não estar adequado às demandas das mulheres.

A questão da violência sofrida pela mulher, principalmente quanto a sua incapacidade de se desvencilhar da situação vivenciada, também foi um fator que contribuiu para a evasão, conforme observado pela executora “E4”, ao destacar que: “essa mulher, ela desistiu por conta do marido, que não aceitava que ela saísse de casa e continuava praticando a violência. Essa mulher não conseguiu estudar, não conseguiu melhorar”.

Outra observação sobre a evasão, relacionada à questão da violência doméstica, relatada também pela executora “E4”, relacionava-se à ausência de infraestrutura e logística por parte das instituições. Muitas parcerias aconteciam com instituições em que havia um contingente de homens, como, por exemplo, o quartel militar. Esse fator colocava a mulher em dificuldades de participação, tendo em vista o relacionamento conturbado com o parceiro.

Quanto à redução na evasão escolar, observou-se que estava muito associada ao comprometimento, à dedicação e aos esforços, principalmente das gestoras e executoras, que, não somente acolhiam as mulheres, mas também buscavam, de

alguma forma, mitigar os problemas que interferiam na ausência das atividades do programa. Outro ponto positivo era o formato das turmas, com público específico – turmas compostas apenas por mulheres –, que, na opinião da executora E3, possibilitava a permanência daquela mulher com registro de situação de violência doméstica, como relatado:

E, era interessante porque muitas mulheres não saiam para se qualificar porque os maridos não aceitavam que elas estudassem com homens. Então, como era uma turma só feminina, então, os homens aceitavam que essas mulheres fossem estudar. Não tinha ciúme porque era só mulher. Isso também é um diferencial, essa questão de gênero do só ter mulheres dentro da sala era muitíssimo interessante (E3, Santos Dumont-MG, fevereiro 2018).

Sobre essa questão da evasão, Pereira (2015) explica que esse fenômeno é incompreensível para a comunidade acadêmica, devido à não observância dos possíveis cotidianos que circundam a vida do público-alvo, na concepção do projeto pedagógico. Sendo assim, a responsabilidade sempre recai sobre as mulheres participantes do programa.

No campus Santos Dumont, conforme relatado no item de acesso, foram priorizadas as mulheres vitimizadas, de acordo com os relatórios de ocorrências de denúncia na Delegacia da Mulher, e aquelas mulheres que, de acordo com a divulgação realizada, foram convidadas a participarem do PMM.

Em relação às providências tomadas para os casos de violência relatados, a executora afirmou que a maioria das mulheres participantes do PMM em Santos Dumont já havia sido atendida pelo CRAS, pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e, algumas delas, inclusive pela Delegacia da Mulher. Sendo assim, entende-se que ter o atendimento em organismos de assistência social já se configura como uma providência.

Considerando a característica da primeira turma do PMM, no município de Santos Dumont, foi relatado que os principais tipos de violência vivenciados pelas mulheres estavam relacionados à violência moral, física e psicológica. E, ainda, destaca que a situação de violência não se limitava a uma faixa etária específica ou ao grau de escolaridade. Além disso, essa violência contra a mulher poderia ser causada por outro ente familiar, pois, o agressor não se configurava apenas no companheiro conjugal.

O ambiente de ocorrência da violência era, na maioria das vezes, na própria residência e que, para chegar à condição de denunciar o agressor, a mulher já havia sofrido violência por algum tempo. Costa, Serafim e Nascimento (2015) corroboram com esse resultado, destacando a prevalência da violência psicológica, seguida pela violência física e moral. Os autores pontuam que violência psicológica geralmente é causada, de forma contínua, por um ente familiar da vítima, no âmbito residencial.

Outro ponto abordado pela pesquisa está relacionado à percepção dos executores quanto à contribuição do PMM para a redução da violência contra a mulher. Nessa visão, o PMM, na versão que antecedeu à inclusão do programa ao PRONATEC, atuava positivamente, confirmando parte do êxito resultante do programa, quando contribuía para encorajar a mulher participante a compreender que ela era capaz de reivindicar seus direitos, que era a protagonista de sua própria vida, além de considerarem o programa, como o ponto inicial para o entendimento da mulher como cidadã, do seu empoderamento e, inclusive, da sua superação.

Entretanto, o alcance do empoderamento pessoal feminino e da autovalorização da mulher apresenta inúmeros desafios, sendo que um dos mais importantes está em convencer a mulher a se empoderar, de fazer com que ela acredite em si mesmo, na sua capacidade e nas suas potencialidades.

Corroborando com o relato acima, Diniz (2015) destacou que a instituição educacional é um espaço de empoderamento, que permite às mulheres discutir, conhecer e se preparar para uma emancipação libertadora. No entanto, essa projeção de novos sonhos, aproveitamento das potencialidades e oportunidades sociais, se dá por meio de medidas educativas que possibilitam a autonomia feminina. Na perspectiva de Sen (1997), coadunando com os objetivos propostos pelo PMM, um dos primeiros passos para permitir a inclusão social e a política da mulher seria que a mesma tivesse acesso à educação e emprego, visando essencialmente fortalecer sua autonomia.

Considerações Finais

No que concerne às considerações finais, pode-se afirmar que são tênues as interfaces entre o PMM e a Violência, em termos do referencial bibliográfico

existente. Por outro lado, no caso concreto analisado, os resultados apurados permitem concluir que o programa, como estratégia política educacional, apresentou limitações, uma vez que o êxito obtido não contemplou todos objetivos previstos, principalmente no que se refere ao controle da violência, conforme perspectiva do público executor do PMM.

O enfoque institucional, estreitado pela restrição de recursos humanos, estruturais, matérias e didáticos, limitou-se a oferecer os cursos profissionalizantes de curta duração, com ênfase nas experiências prévias das mulheres, considerando que as oportunidades sociais e a autonomia econômica das mulheres poderiam ser aumentadas. Entretanto, não ocorreu o mesmo com relação à profissionalização, porque muitas egressas não deram continuidade aos estudos e estavam desempregadas; embora tenham sido observados efeitos positivos do PMM quanto ao empoderamento pessoal feminino, em termos da elevação da autoestima e da maior integração social, com autoconhecimento de si mesmas e dos seus direitos, como sujeitos sociais.

No que diz respeito ao combate à violência contra a mulher, pode-se afirmar que o assunto não foi tratado como prioritário; apesar do tema ter sido incorporado ao contexto do PMM, que propiciou a socialização e reflexões, além do acesso às informações, maior conscientização sobre os direitos femininos e melhoria do bem-estar. Mesmo que seja um processo lento e embrionário, pode-se dizer que o processo de empoderamento das mulheres beneficiadas pelo PMM foi alavancado principalmente no nível individual e grupal, tornando o programa uma política pública potencialmente indutora, de cunho motivador, promotora da autovalorização da mulher.

Assim, é possível inferir que o PMM pode ser uma estratégia inicial para incutir nas participantes o desejo, a motivação e a esperança de apoderarem-se do protagonismo de suas vidas e, com isso, contribuir para o alcance dos demais objetivos do programa. Nesse sentido, as condições estruturais, conceituais e cotidianas do PMM precisariam ser reavaliadas, para que haja um realinhamento tanto dos interesses institucionais quanto sociais e, de fato, ocorra o equilíbrio entre os eixos do PMM (educação, cidadania e sustentabilidade), com foco na formação e autonomia feminina.

Bibliografia

ARAÚJO, Suêde Mayne Pereira *Mulheres em situação de fragilidade social e o Programa Mulheres Mil: o papel das políticas na perspectiva de emancipação para o trabalho*. 2015. 152 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação), Universidade do Estado da Bahia, Salvador.

BANDEIRA, Lourdes Maria. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. *Revista Sociedade e Estado*. v. 29, n. 2, p. 449-470, 2014.

BANDEIRA, Lourdes. *Feminicídio. O que é*. Disponível em: <<http://www.agenciapatriciagalvao.org.br>>. Acesso em: 16 fev. 2018.

BARBOSA, Marcela Dias; BORGES, Paulo César Corrêa. Feminismo, gênero e os alcances da Lei Maria da Penha. *Revista de Direitos Humanos e Efetividade*. v. 2, n. 1, p. 207- 227, 2016.

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. 5. ed. Lisboa: Edições 70, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. *Guia metodológico do sistema de acesso, permanência e êxito*. Brasília: MEC, 2012.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para Mulheres. *III Plano Nacional de Políticas para as Mulheres*. Brasília, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2013.

CAMARGO, Brígido Vizeu.; JUSTO, Ana Maria. IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. *Temas Psicologia, Ribeirão Preto*, v. 21, n.2, p.513-518, dez. 2013.

CAMPOS, Rosa Ludy Arias.; RENGIFO, Martha Leonor Ayala.; MEZA, Cristhian James Díaz. Reflexiones sobre el derecho a la educación y sus perspectivas em el marco del desarrollo humano. *Revista Iasallista de investigación*, v.8, n.1, p.117-125, 2011.

CERIONI, Clara. *1 em cada 4 mulheres passou por violência no Brasil em 2018, diz pesquisa*. Disponível em: <<https://exame.com/brasil/1-em-cada-4-mulheres-passou-por-violencia-em-2018-no-brasil-diz-pesquisa>>. Acesso em: 29 set. 2020.

COSTA, Milena Silva; SERAFIM, Márcia Luana Firmino; NASCIMENTO, Aissa Romina Silva do. Violência contra a mulher: descrição das denúncias em um Centro de Referência de Atendimento à Mulher de Cajazeiras, Paraíba, 2010 a 2012. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, Brasília, v. 24, n. 3, p.558-551, set. 2015.

DIAS, Adalgisa de Oliveira Silva. *Violência contra a mulher opressão e omissão: um grito de liberdade*. Disponível em: <<http://www.artigos.com/artigos-academicos/20429-violenciacontra-a-mulher-opressao-e-omissao-um-grito-de-liberdade>>. Acesso em: 07 fev. 2018.

DINIZ, Leopoldina Francimar Amorim Coelho; COSTA, Maria Nizete Gomes; HASSUIKE, Albertina Marília Alves Guedes. Educação e Trabalho: Doces Frutos Gerados No Vale do

São Francisco através do Programa Mulheres Mil. In: *Perspectivas Feministas de Gênero: 18º REDOR*. Recife, p. 3709-3718, 2015.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Gênero e políticas públicas. *Revista Estudos Feministas*, v. 12, n. 1, p. 47-71, 2004.

GOMES, Nadielene Pereira; DINIZ, Normélia Maria Freire; ARAÚJO, Anne Jacob de Souza; COELHO, Tâmara Maria de Freitas. Compreendendo a violência doméstica a partir das categorias gênero e geração. *Acta Paulista de Enfermagem*, v. 20, n. 4, pp. 504-508, 2007.

MUCHEMBLED, Robert. *História da violência: do fim da Idade Média aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

OLIVEIRA, Anna Paula Garcia; CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro Simon. Violência Doméstica na Perspectiva de gênero e Políticas Públicas. *Rev. Bras. Crescimento Desenvolvimento Humano*, v.17, n.1 p.39-51, 2007.

PEREIRA, Juliana de Souza Augustin. *Programa Mulheres Mil: uma análise no campo das políticas de inclusão do IFSC*. 2015. 171 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina.

PEREIRA, Paula dos Santos. *Mulheres em situação de violência: percepções sobre a perpetuação da violência em suas vidas*, 2017, 95 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde), Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

PETTER, Carla Beatriz; CAGLIARI, Cláudia Taís Siqueira. Desafios contemporâneos no combate à violência contra a mulher. *Revista Unitas*, n. 1, p. 122-143, 2016.

ROSALDO, Michelle.; LAMPHÉRE, Louise. *A Mulher, a Cultura e a Sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *Gênero, patriarcado, violência*. 1ªed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, Ana Paula Coelho Abreu dos; WITECK, Guilherme. Violência doméstica e familiar contra a mulher. *Seminário Internacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea*, Santa Cruz do Sul, 2006.

SCHOUTEN, Maria Johanna. *Uma sociologia do Gênero*. Portugal: Edições Húmus, 2011.

SCOTT, Joan. Gênero: *Uma Categoria Útil de Análise Histórica*. In Educação e Realidade. v.16, n.2. p. 5-22, 1999

SEN, Gita. Empowerment as an approach to poverty. Background paper for human development report 1997. *Working Paper Series*, v. 4, n. 240s, p. 175-194, 1997.

SILVA, Sérgio Gomes da. Preconceito e Discriminação: As Bases da Violência Contra a Mulher. *Psicologia Ciência e Profissão*, v.30, n. 3, p.556-571, 2010.

SOARES, Antônio Mateus de Carvalho. Composição da sociabilidade violenta no Brasil. *Revista de C. Humanas*, v. 14, n. 1, p. 175-190, 2014.

TELES, Fabiene Brito Mendes *Programa Mulheres Mil: um olhar sobre a inserção das egressas no mundo do trabalho*. 2015. 142 f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional) – Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional, Universidade de Brasília, Brasília.

VIGÁRIO, Carolina Barbosa; PAULINO-PEREIRA, Fernando César. Violência contra a mulher: análise da identidade de mulheres que sofrem violência doméstica. *Revista de Psicologia*, v.5, n.2, p. 153-172, 2014.

WASELFISZ, Júlio Jacobo. *Mapa da Violência 2015- Homicídio de Mulheres no Brasil*. 1ª Ed. Brasília/DF: Flacso/OPAS-OMS/ONU Mulheres/SPM, 2015.

Recebido em: 20 jul. 2020.

Aceito em: 01 out. 2020.

COMO REFERENCIAR

MIRANDA, Edna Lopes; LORETO, Maria das Dores Saraiva; CARMO, Nilva Celestina. O Programa Mulheres Mil no controle da violência contra a mulher: uma visão de seus executores. *Latitude*, Maceió, v.14, n. 1, p.120-135, 2020.